



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião

Assunto da Reunião:	Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 2ª Reunião de Análise da Estratégia
Data da Reunião:	28/10/2016, das 9h30 às 12h
Local da Reunião:	Tribunal Pleno – TRT7

Convidados:

Nome	Entidade/Unidade	Função
Comitê Regional de Planejamento Estratégico Institucional		
Maria José Girão	Desembargadora do Trabalho Presidente	Presidente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Plauto Carneiro Porto	Desembargador do Trabalho	Membro da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Durval César de Vasconcelos Maia	Desembargador do Trabalho	Membro da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Paulo Régis Machado Botelho	Juiz-Auxiliar da Presidência	Membro do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Comitê de Gestores		
José Antonio Parente da Silva	Desembargador do Trabalho, Gestor de Metas do CNJ	Suplente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e Coordenador do Comitê de Gestores
Luisa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado	Secretaria-Geral da Presidência (SGP)	Subcoordenadora do Comitê de Gestores
Francisco José Pontes Ibiapina	Diretoria-Geral (DG)	Membro do Comitê de Gestores
Daniel de Vasconcelos	Gabinete do Desembargador	Membro do Comitê de

Nome	Entidade/Unidade	Função
Páscoa	do Trabalho José Antônio Parente da Silva	Gestores – representante dos gabinetes de Desembargadores
Ana Paula Borges de Araújo Zaupa	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Membro do Comitê de Gestores
Joarez Dallago	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Membro do Comitê de Gestores
Rozângela Maria Almeida Eloi	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPes)	Membro do Comitê de Gestores
Maria Eveline Fernandes Barreto	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)	Membro do Comitê de Gestores
Ricardo Domingues da Silva	Secretaria de Controle Interno (SCI)	Membro do Comitê de Gestores
Alexei Rabelo Lima Verde	Secretaria da Corregedoria Regional (SCR)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Patricio Pinheiro	Secretaria Judiciária (SJ)	Membro do Comitê de Gestores
Ednevaldo Medeiros Pereira	Secretaria do Tribunal Pleno (STP)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Odenes Uchoa Pinto	Divisão de Comunicação Social (DCS)	Membro do Comitê de Gestores
Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra	Diretoria Executiva da Escola Judicial (DExec/EJUD)	Membro do Comitê de Gestores
POLOS REGIONAIS		
Polo Regional de Fortaleza		
Flávia Andréa Q. Façanha Ferreira	1ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Alexandre Pinheiro Coe	2ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Joélia de Sousa Alexandre	3ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Maria Luíza Pinheiro Moreira	4ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Francialdo Rebouças Gondim	5ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Carmecilda Maria Moura de Andrade	6ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA

Nome	Entidade/Unidade	Função
Luciano Dídimo Camurça Vieira	7ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Antonio Thirso R. G. Medeiros	8ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Fernando José de Alencar Araripe Furtado	9ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Suelen de Fátima Morais Baptista de Sabóia	10ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Jamille Ipiranga de Lima	11ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Ana Cláudia A. Moura	12ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Geovanna Barros Leal da Silveira	13ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Francisca Jeane de Andrade Rocha Vieira	14ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Nelson Escossia Barbosa Neto	15ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Francisco Otávio Costa	16ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Fábio César Barroso Rios	17ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Sylvianne Fontenelle Santos de Oliveira	18ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Ana Eliza Florentino Holanda Coutinho	1ª VT de Caucaia (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Kílvia Silva de Sena	2ª VT de Caucaia (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Elene Zinni Vicentini	1ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Fabrcio Holanda de Oliveira	2ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Roberta Corrêa Martins Carvalho	VT de São Gonçalo do Amarante (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Mikael Tenório Freire	VT de Pacajus (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Gilberto Silva Holanda	VT de Eusébio (CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Geraldo Hermes de Oliveira	VT de Baturité (CE)	Membro do Polo Regional de

Nome	Entidade/Unidade	Função
Leitão		FORTALEZA
Igor Raphael Melo	Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, OAB/CE 14.770	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do Polo Regional de FORTALEZA
Polo Regional de Quixadá		
Geyza de Freitas Moura Nantua	VT de Quixadá (CE)	Membro do Polo Regional de QUIXADÁ
Italo Pedrosa Vasconcelos	VT de Aracati (CE)	Membro do Polo Regional de QUIXADÁ
Maria Verônica Lima de Araújo	VT de Limoeiro do Norte (CE)	Membro do Polo Regional de QUIXADÁ
Francisco Edgar Rodrigues Barbosa	Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	Membro do Polo Regional de QUIXADÁ
Reginaldo Silva Barbosa, OAB/CE 24.949	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do Polo Regional de QUIXADÁ
Polo Regional do Cariri		
Bruno Vasconcelos de Oliveira	1ª VT do Cariri (CE)	Membro do Polo Regional do CARIRI
Luís Eduardo Freitas Goulart	2ª VT do Cariri (CE)	Membro do Polo Regional do CARIRI
Paulo Rogério da Cunha Moura	3ª VT do Cariri (CE)	Membro do Polo Regional do CARIRI
Mara Tacídia Cavalcante Assunção Bezerra	VT de Iguatu (CE)	Membro do Polo Regional do CARIRI
Vladimir Macedo Cruz Cordeiro, OAB/CE 22.761	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do Polo Regional do CARIRI
Polo Regional de Sobral		
Rosanna de Moura Barros	1ª VT de Sobral (CE)	Membro do Polo Regional de SOBRAL
Mônica de Araújo Fontes	2ª VT de Sobral (CE)	Membro do Polo Regional de SOBRAL
Francisco Alves de Mendonça Júnior	VT de Crateús (CE)	Membro do Polo Regional de SOBRAL
Abel Teixeira Arimatéia	VT de Tianguá (CE) e Sindicato dos Servidores da	Membro do Polo Regional de SOBRAL

Nome	Entidade/Unidade	Função
	Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	
Francisco Ranulfo Magalhães Rodrigues Júnior, OAB/CE 21.594	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do Polo Regional de SOBRAL
CONVIDADOS		
Antonio Gonçalves Pereira	Associação dos Magistrados do Trabalho da Sétima Região – AMATRA VII	Presidente da AMATRA VII
Charles da Costa Bruxel	Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	Presidente do SINDISSÉTIMA
Jefferson Pinheiro Leite de Macedo	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Convidado
Ana Valéria Santos Cavalcante	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Secretária

Tópicos discutidos e decisões:

TEMA	Deliberações
Considerações iniciais	<p>Dra. Maria José: A Desembargadora Presidente iniciou cumprimentando a todos no nome do Desembargador Parente. Abriu a 1ª Reunião da Rede de Governança Colaborativa do TRT7, e 2ª Reunião de Análise da Estratégia. Discorreu que se trata de mais uma ação da Administração em busca da gestão participativa da estratégia, auxiliada pelo Gestor de Metas, Dr. Parente. Ressaltou que o gestor não pode mais ser autoritário, que é necessário buscar os mecanismos para dividir o poder com todos que estão no órgão. Comentou o advento recente de Resolução do CNJ sobre Gestão de Pessoas, abrangendo, na composição do Comitê de Gestão de Pessoas, magistrados e servidores. Asseverou que a administração tem que ser dividida com todos que fazem a Justiça do Trabalho, Que por ocasião da 2ª RAE, teremos a oportunidade de verificar o que já foi feito até o momento. Encerrou suas considerações iniciais registrando a reflexão oportuna o dia de hoje, Dia do Servidor Público, de que os magistrados também são servidores públicos; o magistrado e o servidor precisam se sentir valorizados e que temos que enfrentar os desafios que se nos apresentam.</p> <p>Dr. José Antonio Parente: O Desembargador iniciou cumprimentou os presentes no nome da Desembargadora Presidente, aproveitando para parabenizar a todos pelo dia do servidor público. Registrou que se trata de evento histórico, a 1ª Reunião da Rede de Governança Colaborativa do Tribunal; que, com a participação de todos, a Administração deixa de ser “imperialista”. A Rede, fruto de Portaria de 2014, agora está sendo</p>

colocada em prática pelo TRT, o que é um avanço, em termos de democracia. Ressaltou que a rede é muito importante por não abranger apenas representantes internos, mas também das relações externas, com integração da OAB, da AMATRA e do Sindissétima. A Instituição, com esse passo, se mostra sem medo das críticas, naturais à Democracia. Dando-se oportunidade, os talentos aparecem. Lembrou trecho de seu discurso de posse, quando assumira a Presidência do TRT: “Se formos bem sucedidos, fomos nós; se quebrarmos a cara, fomos nós também”. Comentou a situação delicada que o país vive no momento, com o Direito de greve voltando a ser caracterizado quase como delito, por decisão do STF, ontem, fato que o nega na prática; registrou que o momento é triste, que a PEC de corte de gastos é um desastre, lamentável, que trará graves prejuízos para o país.

Dr. Paulo Régis: O Juiz Auxiliar da Presidência registrou que a Justiça do Trabalho já pôde comprovar e ressaltar, no dia de hoje, o compromisso dos seus servidores, aproveitando para parabenizá-los pelo dia 28/outubro; que a Desembargadora Presidente tem a consciência de que o Tribunal é um todo, 1ª e 2ª Instâncias, área administrativa, tudo, e que temos que trabalhar juntos e avançar. Que é necessário revigorar a Justiça do Trabalho que corre sério risco, justiça essa que tem a missão de fazer valer o direito do trabalho, atuando na busca do equilíbrio ante as desigualdades jurídica e econômica de nosso país; que como integrantes da JT, todos devem ser atuantes, não podemos ficar adormecidos. Aproveitou o ensejo para parabenizar a Dra. Maria José pelos esforços à frente da Administração.

Ana Paula: Teceu esclarecimentos preliminares de que a Rede de Governança Colaborativa foi criada em 2014, mediante a Portaria TRT7.GP. 447/2014, e que houve dificuldades de constituição de seus órgãos, fazendo com que não saísse efetivamente do papel, em toda sua extensão. Registrou que, nesta Gestão, após solicitação da Presidência, nem todos os órgãos indicaram seus representantes, estando pendentes as indicações de várias Varas do Trabalho e a AMATRA. Quanto às primeiras, registrou que vai sugerir à Presidência que, ante a não indicação, sejam nominados representantes os respectivos Diretores de Secretaria. Ante as pendências finais de indicação e a necessidade de eleição dos representantes de cada polo regional no Comitê de Gestores, o que se dará neste encontro, ressaltou que estamos nos reunindo antes mesmo da formação oficial dos órgãos, mas que ela se dará em breve. Que, para a presente reunião, foram convidados representantes da Amatra, da OAB e do Sindissétima.

Acerca da análise da estratégia, asseverou nossa obrigação normativa de nos reunirmos a cada quatro meses para conhecer como andam nossos indicadores ante as nossas metas, e analisar a nossa estratégia, buscando identificar as causas dos problemas e construir iniciativas rumo às suas soluções. Que foi realizada uma RAE em maio, e que esta será a 2ª de 2016. Lembrou citação de

	<p>Deming:</p> <p><i>“Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerencia”.</i></p> <p>Um dos objetivos primordiais dessa reunião, então é a comunicação, o acesso à informação; precisamos conhecer e compreender os planos estratégicos a que estamos submetidos, o que cada meta e indicador tem relação com nosso dia-a-dia. Apenas após essa compreensão, poderemos trazer a estratégia para nossa prática diária, e ter reflexos positivos em nossos resultados.</p> <p>O Desembargador do Trabalho Francisco José Gomes da Silva, gestor do Programa Trabalho Seguro no TRT7, adentrou o plenário e apresentou, à Desembargadora-Presidente, pessoas representantes do Agro-Negócio do Estado Ceará, aqui no Tribunal para reunião de Trabalho.</p>
<p>Tópico 1 – Rede Governança Colaborativa</p>	<p>a. Órgãos e papéis:</p> <p>a.1. Órgãos:</p> <p>Ana Paula: esclareceu, a princípio, que no início desta gestão, após estudo dos atores da gestão estratégica e respectivas normas de regência, a Secretaria de Gestão Estratégica submeteu à análise da Presidência e da Comissão Permanente Regimental de Planejamento Estratégico sugestões de alteração das normas pertinentes, para integração dos órgãos envolvidos e otimização dos trabalhos. Como resultado, foi alterada a Portaria TRT7.GP 447/2014 pela Portaria TRT7.GP 422/2016, modificando-se a composição do Comitê Regional, incluindo-se o Gestor de Metas ao processo, como coordenador do Comitê de Gestores, assim como ampliando-se as unidades ali representadas e definindo-se atribuições para os polos regionais. Com o precioso apoio do Desembargador Gestor de Metas, Dr. Parente, impulsionou-se, junto à Administração, tanto as alterações normativas, como a constituição dos órgãos da Rede:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Comitê Regional de Planejamento Institucional (Art.s 2º e 3º, Portaria TRT7.GP 447/2014);2. Comitê de Gestores (Art.s 4º e 5º, Portaria TRT7.GP 447/2014);3. Polos Regionais (Art. 6º, Portaria TRT7.GP 447/2014). <p>Como resultado, ainda, o Comitê Regional deixou de ter composição idêntica ao do Tribunal Pleno; passou a ser integrado pelos mesmos Desembargadores componentes da Comissão Permanente Regimental de Planejamento Estratégico e pelo Juiz Auxiliar da Presidência; e foi extinto o Núcleo de Gestão Estratégica, por meio da Resolução TRT7 458/2016.</p> <p>a.2. Papéis:</p> <p>Ana Paula: as principais atribuições dos órgãos da Rede são:</p> <ul style="list-style-type: none">- Garantir o alinhamento do plano estratégico do TRT7 ao do Poder Judiciário Nacional (CNJ) e da Justiça do Trabalho

	<p>(JT);</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaborar, divulgar, monitorar, controlar e revisar o Plano Estratégico do TRT7, e participar nos processos correlatos dos planos do CNJ e da JT; e- Estabelecer medidas preventivas e corretivas para alcance dos resultados planejados; <p>Ana Paula: destacou que um grande desafio, em nosso contexto atual, é o acesso e o fornecimento das informações atinentes aos resultados de cada unidade, de maneira mais ágil e simples. Que a pretensão é desenvolver os mecanismos para isso e colocá-los em prática, sempre com o auxílio dos gestores integrantes da Rede de Governança, os “donos do negócio”.</p> <p>b. Eleição de representantes dos polos regionais no Comitê de Gestores.</p> <p>Ana Paula: identificadas as Varas do Trabalho (VT) que compõem cada um dos polos de Fortaleza, Quixadá, Cariri e Sobral, conforme disposto na Portaria TRT7.GP 447/20014, é necessário eleger-se, dentre os representantes das VTs, um representante de cada polo, preferentemente Diretor de Secretaria, para integrar o Comitê de Gestores.</p> <p>Preferivelmente o representante pode ser eleito pelos seus pares, ou ser definido outro critério, como por exemplo a escolha do Diretor de Secretaria da VT mais antiga daquele Polo.</p> <p>Dr. Parente: manifestou-se contra o critério de antiguidade, citando o exemplo da eleição do representante dos Gabinetes, para integrar o Comitê de Gestores.</p> <p>Ana Paula: questionados os representantes das VTs de cada polo, à exceção do de Sobral, sem representação na reunião, procedeu-se à aclamação dos seguintes representantes, excluídos outros interessados e devidamente aceito o encargo pelos aclamados:</p> <p>Polo de Fortaleza: Flávia Andréa Q. Façanha Ferreira, Diretora de Secretaria da 1ª VT de Fortaleza;</p> <p>Polo de Quixadá: Maria Verônica Lima de Araújo, Diretora de Secretaria da VT de Limoeiro do Norte;</p> <p>Polo do Cariri: Paulo Rogério da Cunha Moura, Diretor de Secretaria da 3ª VT do Cariri.</p> <p>Os representantes das VTs que integram o Polo de Sobral, ausentes na reunião, serão contactados <i>a posteriori</i>, para definição do representante do polo a ter assento no Comitê de Gestores.</p>
<p>Tópico 2 – Planos Estratégicos a que está sujeito o TRT7</p>	<p>a. Plano Estratégico do Poder Judiciário Brasileiro (Metas do CNJ) – 2015 a 2020;</p> <p>b. Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (CJST) – 2015 a 2020; e</p> <p>c. Plano Estratégico do TRT7 – 2015 a 2020.</p> <p>Ana Paula: registrou a obrigatoriedade de alinhamento vertical desses planos, ou seja, o Plano da JT deve estar alinhado ao Plano</p>

	<p>do CNJ, e o Plano Estratégico dos Tribunais deve estar alinhado aos dois anteriores.</p> <p>Na atualidade nosso Plano Estratégico é igual do plano da Justiça do Trabalho; convém, oportunamente, desdobrar algumas metas e indicadores, em especial os da área administrativa, para elencar objetivos mensuráveis em menor espaço de tempo que os iGovs, por exemplo, medidos apenas a cada dois anos.</p> <p>d. Correlação de metas</p> <p>Ana Paula: constatada dificuldade de identificação e correlação das metas dos diversos planos, será disponibilizado em dois formatos, resumido e detalhado, o conteúdo de Correlação das Metas NACIONAIS x JT x TRT7, na página da Gestão Estratégica do TRT7.</p>
<p>Tópico 3 – Reunião de Análise da Estratégia (RAE) – 2ª/2016</p> <p>a) Situação dos indicadores x metas</p>	<p>a) Situação dos indicadores x metas</p> <p>Ana Paula: destacou a importância de monitorar os indicadores para se conhecer a raiz dos problemas, assim como da rede de governança para facilitar a busca pelas soluções. Citou exemplo de alto prazo no prazo médio do 2º Grau que, uma vez conhecido e escolhido o representante dos gabinetes de Desembargadores, já foi alvo de trabalho conjunto no sentido da construção de programa no Sistema de Consulta a Dados Operacionais (SICOND) para identificação de suas causas</p> <p>- Análise dos Indicadores e Resultados:</p> <p>Temos 9 objetivos nos Planos da JT e do TRT7, e 13 indicadores:</p> <p>Objetivo 1. Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida</p> <p>Embora eminentemente relacionado à área administrativa, esse objetivo, na verdade, pode encerrar diversas iniciativas a serem executadas em qualquer unidade, seja da área fim ou da área meio, uma vez que todos lidamos com pessoas, e devemos buscar ambientes de trabalho saudáveis.</p> <p>Meta 1: Atingir a faixa “inicial” do iGovPessoas, em 2016</p> <p>Trata-se de indicador desenvolvido e mensurado pelo Tribunal de Contas a União (TCU), que avalia a capacidade de governança dos órgãos públicos federais quanto à gestão de pessoas, nos aspectos de liderança, estratégia e controle.</p> <p>Como todos os Tribunais trabalhistas são cobrados pelo TCU quanto aos resultados de seus iGovs (há iGov TI, iGov de Aquisições, iGov geral), o CSJT colocou-os como meta, buscando otimizar os esforços dos regionais. Como tais indicadores são mensurados pelo TCU, em média, a cada dois anos, no TRT, convém se fazer o desdobramento destas metas, para inclusão no plano de metas e objetivos que conduzam à evolução em tais índices de governança. Em 2015 não houve levantamento, o que temos é o de 2013, no qual estávamos exatamente na faixa inicial.</p>

	<p>Resultado: Em 2016 foi realizado o levantamento, mas ainda não divulgado o resultado.</p>
	<p>Objetivo 2. Aperfeiçoar a gestão de custos</p>
	<p>Meta 2 - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD), em relação à média de 2011, 2012 e 2013 (64,99%) em 2pp em 2016: 66,99%</p> <p>Este indicador relaciona quanto dinheiro o Tribunal recebeu e quanto conseguiu gastar, ou seja, liquidar e pagar. As metas de cada Regional foram construídas com base na média das respectivas liquidações realizadas em 2012, 2013 e 2014. Nossa linha de base, então, é 64,69%.</p> <p>Resultado até ago/2016: liquidado 49,10% do orçamento disponibilizado; considerando ser prevista a realização acumulada, para este mês, de 44,64%, estamos com desempenho de 110% da meta; se mantivermos essa capacidade de liquidação até o final do exercício, superaremos nossa meta, a exemplo do que ocorreu em 2015, quando atingimos 116,50% da meta.</p>
	<p>Objetivo 3. Aprimorar a infraestrutura e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)</p>
	<p>Meta 3 - Atingir a faixa “intermediário” do indicador iGov de TI, em 2016;</p> <p>Repetiram-se aqui as considerações já feitas em relação ao iGov de Pessoas. Nosso último levantamento divulgado do índice de governança de TI foi em 2014, no qual já estávamos enquadrados na faixa “intermediária”.</p> <p>Resultado: Em 2016 foi realizado o levantamento, mas ainda não divulgado o resultado.</p>
<p>Objetivo 4. Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional</p>	
<p>Albergados no Objetivo 4, temos várias metas, todas estritamente relacionadas à área fim.</p> <p>Meta 4 (↔ a Meta CNJ Específica da JT) – Reduzir o prazo médio de duração do processo no 2º Grau, em relação ao ano base 2014 (243,6 dias), em 2%, em 2016 (239 dias);</p> <p>Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo no 2º Grau, ou TMDP2.</p> <p>Resultado até ago/2016: 301 dias</p> <p>Este resultado confirma tendência de piora do indicador nos últimos anos. Está sendo feito estudo pelos assessores dos desembargadores, com o auxílio das informações disponibilizadas pelos programas desenvolvidos no SICOND para esse fim, com o objetivo de verificar os dados e sanear os erros para melhorar esse</p>	

prazo. Há fortes suspeitas que parte desse resultado decorra de falhas na alimentação do PJe e conseqüente contaminação dos dados do e-Gestão.

Meta 5 (↔ a Meta CNJ Específica da JT) – Reduzir o prazo médio de duração do processo no 1º Grau, na fase de conhecimento, em 1%, em relação ao ano base 2014 (123 dias), em 2016 (122 dias);

Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo no 1º Grau, ou TMDP1.

Em 2015, chegamos a 132 dias, bem próximo à meta de 123 dias, com 93,10% de desempenho.

Resultado até ago/2016: 131 dias, ou 92,40% da meta.

2016: Reduzir 1% (122 dias);

Flávia (1ª VT de Fortaleza): sugere parceria com a OAB, pois há demora no pagamento das custas, ou no atendimento de outras diligências a cargo das partes, o que acarreta uma demora no arquivamento dos processos e gera a necessidade constante de retrabalho, na repetição de notificação dos advogados para atendimento.

A Advogada Katianne (Representante da OAB): interveio, registrando que a celeridade na conclusão dos processos também interessa aos advogados; nesse sentido, acha interessante ver os problemas mais correntes identificados para busca de solução, quem sabe por meio de Portarias da OAB, no sentido de agilizar os processos, liberando mão-de-obra das varas para os serviços que realmente importam, como a confecção e liberação de alvarás, que por vezes demandam três visitas do advogado às VTs buscando recebimento.

Ana Paula: ressaltou que essa solução proposta é um exemplo de iniciativa para a consecussão do objetivo, de colaboração entre OAB e JT, e que deverá ser colocada no papel.

Meta 6 (↔ a Meta 1 CNJ) – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Resultado até ago/2016: Julgados 64.602 processos, ante 66.640 distribuídos; desempenho de 96,90% da meta.

Exibido, na tela, grau de cumprimento por Vara do Trabalho, informação que será disponibilizada oportunamente na *intranet*.

Bruno (1ª VT do Cariri): solicitou a palavra e ressaltou que o dado de “desempenho” apresentado não esclarece a situação de cada unidade, os problemas enfrentados para o alcance dos resultados; ressaltou, ainda, que as VTs que já estão em dia, têm menos margem para crescimento nos seus resultados.

Paulo Rogério (3ª VT do Cariri): falou sobre a falta de servidores (-4 na sua unidade, há um ano), e que não há ponderação sobre esse

tipo de problema, olhando-se apenas o número frio de desempenho apresentado.

Ana Paula: ressaltou que a Rede de Governança será o ambiente, por excelência, em 2017, para a discussão para revisão das metas a serem observadas no exercício seguinte. Que nessa oportunidade poderemos discutir para redefinir nossas metas, e na oportunidade, lutar para retirada de variáveis das fórmulas, mudança da linha de base etc, com propostas, por exemplo, para retirada dos processos sobrestados do universo considerado quando da apuração do tempo médio de duração do processo (TMDP1 e TMDP2).

Registrou, de outra parte, que nem sempre o nº de servidores e proporcional à produtividade, o que revela, em muitos casos, aprimoramento de métodos de trabalho. Apesar de nossas graves dificuldades atuais, temos que trabalhar com o que temos.

Roberta (VT de SGAM): no seu entendimento, a maior contribuição das metas é, ante os resultados, possibilitar identificar as causas e os problemas, para obter as soluções.

Ana Paula: lembrou que a razão de ser dessa meta é o legado muito grande de processos pendentes de julgamento existente em todo o Poder Judiciário Nacional, que se pretende reduzir, paulatinamente. Destacou que a análise dos resultados e “desempenhos” expostos não tem o moto de acusação de incompetência, mas de conhecimento do *status quo*, para possibilitar o reconhecimento dos problemas dos quais decorrem tais resultados e a busca de soluções. Um dos objetivos a rede é exatamente o compartilhamento de boas práticas, para que unidades com melhores resultados possam contribuir com suas experiências, com outras unidades que não estejam em tão boa situação.

Registre-se que a expressão desempenho da meta é jargão da Estratégia, e se destina a espelhar apenas em que medida caminhamos para o seu alcance (100%).

No mais, informou que, uma vez que a Resolução CSJT 63/2010 indica o parâmetro de pessoal apenas pela demanda processual do triênio, que há outros mecanismos à disposição da Administração para decisão no momento da distribuição de força de trabalho, de forma a, ante mais de uma unidade com a mesma carência de servidores, destinar o incremento às mais laboriosas e produtivas.

Daniel (Gab. Dr. Parente): falou sobre os Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, que impactam no TMDP2.

Ana Paula: Falou que um dos problemas recorrentes identificados é o que demanda saneamento dos dados, derivado de erro na alimentação do sistema (PJe); e que a identificação dos problemas comuns à maioria é terreno fértil à idealização das iniciativas (ações) voltadas à construção das soluções; é o momento de desenvolvê-las e convertê-las em projetos.

Meta 7 (↔ à Meta CNJ 2) – Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos 1º e

2º grau;

Indicador: Índice de Processos Antigos (IPA)

Resultado até ago/2016: 18.738 processos identificados e julgados, de um universo de 22.092: 84,81% do universo. Para alcance da meta ao final do ano, era prevista, para agosto, a realização de 86,06%, o que importa em **98,60%** de desempenho da meta.

Exibidos, na tela, quadros com informações do número de processos, em cada Vara do Trabalho, classificadas como integrantes do universo da meta e pendentes de julgamento (no total de 2.429 ações), assim como a identificação de 68 processos que se encontram, no 2º Grau, na mesma condição. Não foi possível individualizar por gabinete de Desembargador. Também essa informação que será disponibilizada oportunamente na *intranet*.

Sylvianne (18ª VT de Fortaleza): comentou que, certamente, muitos dos processos pendentes em cada VT estão aguardando perícia, e que seria interessante desenvolver solução para essa espera tão demorada, que impacta no julgamento de tais processos e também no TMDP1.

Flávia (1ª VT de Fortaleza): também falou sobre as perícias, citando recente norma superior que determina que seja criado um banco/ cadastro de peritos no Tribunal.

Ana Paula: sobre as perícias, já existem estudos em andamento para atendimento à norma. Ressaltou, ainda haver discussões para serem retirados do cálculo os sobrestados, na apuração de metas.

Daniel (Gab. Dr. Parente): solicitou esclarecimento sobre a competência dos órgãos da Rede de Governança Colaborativa.

Ana Paula: registrou que a Rede eminentemente é um espaço de comunicação da estratégia, e que seus órgãos são o ambiente propício à colheita de ideias e conhecimento de iniciativas exitosas, desenvolvidas em outros Tribunais, para melhoria de nossos resultados; seus órgãos, em especial os polos e o Comitê de Gestores constituirão canal de interação para que possamos identificar as melhores iniciativas e colocá-las em prática; que nada melhor que os “donos do negócio”, para identificar os problemas e eger as melhores soluções, sempre rumo à melhoria contínua. Acrescentou que os polos regionais são as pontas da Rede, que nos ligam aos jurisdicionados. As iniciativas sugeridas serão consolidadas pelo Comitê de Gestores e submetidas ao Comitê Regional, que tem poder deliberativo para propor ao Pleno a alteração/ revisão de nosso planejamento. Ressaltou que, no momento, estamos realizando a revisão 1.2016 do Plano Estratégico do TRT7 2015-2020, consistente em seu alinhamento às alterações realizadas nos Planos do CNJ e da JT, e em pequenas correções.

Que as Redes de Governança, no Poder Judiciário, iniciaram-se no CNJ; espraiaram-se pelas Justiças Especializadas, primeiramente no âmbito dos Conselhos e Tribunais Superiores; e chegou aos Tribunais Regionais, havendo vários com suas próprias Redes de Governança. Que em nossa Rede, será incluída a representação da

	<p>Diretoria Executiva da Escola Judicial.</p> <p>Dr. Parente: a Rede de Governança é o canal por onde vão passar todas as propostas; que a questão das redistribuições já passou pela rede. Haverá prévio estudo técnico, do conhecimento de pelo menos quatro Desembargadores, quando a matéria chegar ao pleno. É o ambiente propício a canalizar as ideias. Caso Prazo médio: é um avanço saber as causas. Falou sobre o SICOND, ferramenta que ajuda a conhecer os problemas e dar encaminhamento visando as soluções.</p> <p>Meta 8 (1º Grau) (↔ à Meta CNJ 6) – Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau;</p> <p>Indicador: Índice de Ações Coletivas Julgadas – 1º Grau (IACJ1)</p> <p>Resultado até ago/2016: 78,52%. Sendo esperado, no período, a realização de 91,91% da meta, temos que nosso desempenho está na ordem de 85,40%.</p> <p>Exibida planilha Excel, com a identificação de 14 processos, distribuídos entre nove VTs, que constam como pendência para alcance da meta. À primeira vista, cinco já aparentam conter erro de lançamento, já não devendo figurar como pendências. Os dados serão informados às VTs, para verificação e eventual saneamento.</p> <p>Meta 8 (2º Grau) (↔ à Meta CNJ 6) – Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau;</p> <p>Indicador: Índice de Ações Coletivas Julgadas – 2º Grau (IACJ2)</p> <p>Resultado até ago/2016: 100%.</p> <p>Aqui ressaltado que, por erro de lançamento de dados no PJe, estávamos constando como tendo pendências para alcance da meta, o que foi solucionado após a análise dos processos identificados como pendentes.</p>
	<p>Objetivo 5. Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito</p> <p>Meta 9 (↔ à Meta CNJ 3) – Aumentar o ICONc, em relação à média do biênio 2013/2014 (41,62%), em 2016, 2 pp (43,62%);</p> <p>Indicador: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)</p> <p>Resultado até ago/2016: 42,78% de conciliados, ou 98,10% da meta.</p> <p>A Advogada Katianne (Representante da OAB): aproveitou a oportunidade para perguntar sobre as providências adotadas pelo TRT em cumprimento à Res. CSJT 174/2016, que trata de mediação de conflitos envolvendo relação de trabalho.</p> <p>Dr. Parente: informou que há prazo de 180 para os que TRTs instalem os centros de conciliação. Está em fase de implantação no</p>

	<p>2º grau depois será no 1º grau. Que a estrutura existente no 2º Grau está atendendo às demandas de 1º e 2º graus e ainda precatórios. Acredita que terá uma grande celeridade, recebeu ofício do Vice-Presidente do CSJT, Emmanoel Pereira, dando total apoio.</p> <p>Ana Paula: Exibiu, na tela, o grau de cumprimento por Vara do Trabalho, informação que será disponibilizada oportunamente na <i>intranet</i>. Registrou peculiaridade da fórmula de apuração desse indicador, que faz com que VT que teve baixo índice de conciliação no biênio 2013/2014 tenha que realizar esforço menor para a consecução da meta em 2016. Isso explica o “desempenho” espelhado na tabela exposta, de algumas unidades com índice bem superior a 100%, que têm maior margem de ampliação de suas conciliações exatamente porque no período de base (2013/2014), tinham baixo índice de conciliação.</p>
	<p>Objetivo 6. Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes</p>
	<p>Meta 10 (↔ à Meta CNJ 7) – Identificar e reduzir o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior (2.727), em 2% nos anos seguintes, até 2020 (2.672).</p> <p>Indicador: Índice de Redução do Acervo de Maiores Litigantes (IRA)</p> <p>Resultado até ago/2016: 173,80%, meta cumprida.</p> <p>Em que pese a superação da meta, foi exibido quadro com a quantidade de processos identificados pelo e-Gestão como existentes em cada VT, pertencentes ao acervo dos maiores litigantes, pendentes de julgamento.</p>
	<p>Objetivo 7. Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais</p>
	<p>Meta 11 (↔ à Meta CNJ 5) – Baixar mais processos do que as execuções iniciadas no período;</p> <p>Indicador: Índice de Execução (IE)</p> <p>Resultado até ago/2016: 46,72%.</p> <p>Ana: falou da mudança ocorrida na apuração do indicador, apenas computando-se a baixa das execuções iniciadas no próprio exercício, em contraste ao que era admitido até o ano anterior (2015), em que quaisquer execuções baixadas eram consideradas, independentemente dos seus anos de início.</p> <p>Há iniciativas que podem auxiliar, entretanto, no alcance da meta, como a Divisão de Execuções e, mais recente, o Grupo de Trabalho constituído pelo Desembargador Vice-Presidente, enquanto Presidente da Comissão para Efetividade da Execução Trabalhista no âmbito do TRT7, com o objetivo de atuar junto às VTs com acentuado volume de ações em fase de execução (Portaria TRT7.VP 1/2016).</p>

	<p>Objetivo 8. Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção</p>
	<p>Meta 12 - Aumentar, em relação à última apuração (em 2014 – 29%), a pontuação do iGov em 3 pp em 2016 (32%)</p> <p>Repetiram-se aqui as considerações já feitas em relação aos iGov de Pessoas e de TI.</p> <p>Em 2015 não houve mensuração desse índice.</p> <p>Resultado: não divulgado o resultado.</p>
	<p>Objetivo 9. Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania</p>
	<p>Meta 13 - Atingir e manter a pontuação entre 58 e 72*, em 2016</p> <p>Indicador: Índice de Alcance de Metas (IAM)</p> <p>Resultado até ago/2016: 37 pontos, ou 67,30% da meta.</p> <p>* Ou 55 a 69, se não forem computados os iGovs, a exemplo do que ocorreu em 2015.</p>
<p>Tópico 3 – Reunião de Análise da Estratégia (RAE) – 2ª/2016</p> <p>b) Desenvolvimento de mecanismos de monitoramento setorizado (SICOND);</p>	<p>b) Desenvolvimento de mecanismos de monitoramento setorizado (SICOND):</p> <p>Programas de consultas de dados já desenvolvidos no SICOND:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CNJ – Metas 2, 5, 6 e 7 – por Vara; - CNJ – Metas 2, 5, 6 e 7 – 2ª Instância; - TRT – Prazos médios; - TRT – Processos em andamento no PJe ou e-Gestão; - Turmas e Pleno – processos pendentes e-Gestão; - Varas do Trabalho – Audiências realizadas; - Varas do Trabalho – Conciliações; - Varas do Trabalho – Demandas e produtividade; - Varas do Trabalho – Processos pendentes; - Varas do Trabalho – Processos pendentes com Juiz. <p>Apenas com a participação efetiva dos gestores (“donos do negócio”), será possível desenvolver mais programas, com o auxílio da STI, para colheita das informações de que cada um sente necessidade, seja para monitoramento de todos os indicadores dos planos estratégicos, seja para boa gestão de sua unidade.</p> <p>Dr. Parente: lembrou a importância de esclarecer, ao público, de que se trata o SICOND.</p> <p>Joarez (STI): atendendo a solicitação de Dr. Parente, Ana Paula passou a palavra ao Joarez, para expor sobre o SICOND.</p> <p>Início: visou originariamente atender à demanda “Correição Virtual” na época da atuação da Dra. Maria José na Corregedoria Regional.</p> <p>Nome original: SIGEN (Sistema de Informações Gerenciais), mas</p>

	<p>CSJT ordenou a mudança de nome, para evitar concorrência com o e-Gestão.</p> <p>Percebe-se o uso freqüente no 1º Grau, e ainda incipiente no 2º Grau, o que é revelado pelo reduzido número de programas desenvolvidos com dados referentes à 2ª Instância.</p> <p>Trata-se de ferramenta de extração de dados e estatísticas de várias fontes (outros sistemas), como e-Gestão, SPT2, ambiente replicado do PJe, PROAD.</p> <p>Esta semana foi concluído o primeiro programa com dados solicitados do PROAD, estendendo-se sua utilizada também para a área administrativa, para monitoramento, por. ex., do tempo de duração dos processo administrativos, como o de aposentadoria.</p> <p>Dr. Parente: falou sobre os micro-prazos dos Gabinetes, e ainda sobre os prazos externos a ele, mas ainda do 2º Grau, e relatou que, segundo pequena amostra verificada nos programas desenvolvidos no SICOND, há convicção que há muito que sanear, e que aquele prazo médio não corresponde à realidade.</p> <p>Joarez (STI): explicou que o e-Gestão, tido como bastante falho, na verdade é um extrator de dados do PJe que respeita a determinadas regras; se o andamento do processo, no PJe, não for alimentado conforme essas regras, o e-Gestão não identificará a fase correta do processo. A utilidade do SICOND é que, além de espelhar os dados constantes do e-Gestão, possibilita outros ângulos de análise, pelo cotejo de informações extraídas de outras fontes, e conseqüentemente a identificação dos problemas a serem saneados no e-Gestão.</p> <p>Acrescentou que, pelo SICOND, é possível informar a carga de trabalho por servidor de cada VT, por exemplo, tendo potencial para o mesmo em relação a outras unidades.</p> <p>Ana Paula: Ressalta a importância do Gestor para com auxílio dos técnicos de TI, construir, no SICOND, os programas de extração das informações gerenciais necessárias à sua atuação.</p>
<p>Tópico 3 – Reunião de Análise da Estratégia (RAE) – 2ª/2016</p> <p>c) Iniciativas e Projetos</p>	<p>c) Iniciativas e Projetos</p> <p>Ana Paula: é necessário identificar as iniciativas adequadas à consecução de cada objetivo estratégico, colocá-las no papel e criar os projetos necessários.</p> <p>Nessa área, a colaboração de todos da Rede de Governança será primordial. A Secretaria de Gestão Estratégica compartilhará material para coleta de sugestões, nesse sentido.</p>
<p>Considerações finais</p>	<p>Dr. Parente: registrou que o Comitê de Gestores é um ambiente amplo, para discutir questões administrativas. Que é necessário possibilitar o diálogo, franco, aberto e sincero, e acabar com o presidencialismo imperial, que não se coaduna com o entendimento do CNJ, conforme se depreende dos mecanismos de governança participativa.</p> <p>Ressaltou que se ressentia de nosso planejamento estratégico não ensejar a devida participação. Que a presente se trata de Reunião</p>

	<p>histórica, a primeira de muitas que haverão. A questão do prazo médio, pr. ex. já está sendo resolvida, quando anteriormente sequer era de seu conhecimento e de seus pares.</p> <p>Ana Paula: agradeceu a tolerância de todos, com o atraso no início e a extensão além do horário designado. Encerrou com citação de Napoleon Hill:</p> <p><i>“Sou muito grato às adversidades que apareceram na minha vida, pois elas me ensinaram a tolerância, a simpatia, o auto-controle, a perseverança e outras qualidades que, sem essas adversidades, eu jamais conheceria.”</i></p>
Próxima Reunião	A ser designada oportunamente.

Presentes:

Nome	Entidade/Unidade	Observação
Comitê Regional de Planejamento Estratégico Institucional		
Maria José Girão	Desembargadora do Trabalho Presidente	Presente
Plauto Carneiro Porto	Desembargador do Trabalho	FÉRIAS
Durval César de Vasconcelos Maia	Desembargador do Trabalho	FÉRIAS
Paulo Régis Machado Botelho	Juiz-Auxiliar da Presidência	Presente
Comitê de Gestores		
José Antonio Parente da Silva	Desembargador do Trabalho, Gestor de Metas do CNJ	Presente
Marison Miranda Oliveira (substituto)	SGP	Presente
Francisco José Pontes Ibiapina	DG	Presente
Daniel de Vasconcelos Páscoa	Assessor do Desembargador José Antônio Parente da Silva	Presente
Ana Paula Borges de Araújo Zaupa	SGE	Presente
Joarez Dallago	STI	Presente
Rozângela Maria Almeida Eloi	SGPes	Presente
Maria Eveline Fernandes Barreto	SAOF	Presente
Ricardo Domingues da Silva	SCI	Presente
Antonio Ribeiro Nobre (substituto)	SCR	Presente
Francisco Patricio Pinheiro	SJ	Presente

Nome	Entidade/Unidade	Observação
Selma Maria Moura Costa (representante)	STP	Presente
Francisco Odenes Uchoa Pinto	DCS	Presente
Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra	DExec/ EJUD	Presente
POLOS REGIONAIS		
Polo Regional de Fortaleza		
Flávia Andréa Q. Façanha Ferreira	1ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Alexandre Pinheiro Coe	2ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Francinaldo Rebouças Gondim	5ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Carmecilda Maria Moura de Andrade	6ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Luciano Dídimo Camurça Vieira	7ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Antonio Thirso R. G. Medeiros	8ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Fernando José de Alencar Araripe Furtado	9ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Suelen de Fátima Morais Baptista de Sabóia	10ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Jamille Ipiranga de Lima	11ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Ana Cândia A. Moura	12ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Geovanna Barros Leal de Silveira	13ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Francisco Otávio Costa	16ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Fábio César Barroso Rios	17ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Sylvianne Fontenelle Santos de Oliveira	18ª VT de Fortaleza (CE)	Presente
Kílvia Silva de Sena	2ª VT de Caucaia (CE)	Presente
Elene Zinni Vicentini	1ª VT de Maracanaú (CE)	FÉRIAS
Fabrcio Holanda de Oliveira	2ª VT de Maracanaú (CE)	Presente
Roberta Corrêa Martins Carvalho	VT de São Gonçalo do Amarante (CE)	Presente
Mikael Tenório Freire	VT de Pacajus (CE)	Presente
Gilberto Silva Holanda	VT de Eusébio (CE)	FÉRIAS
Geraldo Hermes de Oliveira Leitão	VT de Baturité (CE)	Presente
Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, OAB/CE 14.770	OAB-CE	Presente
Polo Regional de Quixadá		
Italo Pedrosa Vasconcelos	VT de Aracati (CE)	Presente
Maria Verônica Lima de Araújo	VT de Limoeiro do Norte (CE)	Presente

Nome	Entidade/Unidade	Observação
Polo Regional do Cariri		
Bruno Vasconcelos de Oliveira	1ª VT do Cariri (CE)	Presente
Paulo Mardem Soares Ferreira (substituto)	2ª VT do Cariri (CE)	Presente
Paulo Rogério da Cunha Moura	3ª VT do Cariri (CE)	Presente
Mara Tacídia Cavalcante Assunção Bezerra	VT de Iguatu (CE)	Presente
Polo Regional de Sobral		
-	-	-
CONVIDADOS		
Antonio Gonçalves Pereira	Juiz do Trabalho, Presidente da AMATRA VII	Presente
Luciano Dídimo Camurça Vieira (representante)	SINDISSÉTIMA	Presente
Jefferson Pinheiro Leite de Macedo	SGE	Presente
Ana Valéria Santos Cavalcante	SGE	Presente
Ovídio Alencar Araripe Cariri	Diretoria do Fórum do Cariri	Presente
Maura Cristina Brasil Correia	SCI	Presente
Adrienne Garcia	SCI	Presente
Fernando Fontoura Gomes	Secretaria da 3ª Turma	Presente
Antonio Carlos dos Santos	Assessoria da Presidência	Presente

Fortaleza (CE), 28 de outubro de 2016.



Ana Valéria Santos Cavalcante
Redatora da Ata